

A EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA: A EXPERIÊNCIA CONCRETA DO CURSO MÉDIO TÉCNICO INTEGRADO EM AGROECOLOGIA, TURMA TUPAC AMARU II.

Camila Brandina Crispin de Souza.¹

Marina Longhi de França.²

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo central realizar uma sistematização de uma das experiências concretas de educação em áreas de reforma agrária, o curso Médio Técnico Integrado em Agroecologia, Turma Tupac Amaru II, ocorrido entre os anos de 2008 e 2010. Curso esse que atendeu, durante toda sua duração, mais de 60 jovens de assentamentos de todo o Estado de São Paulo. Na elaboração da sistematização de tal experiência educacional e humanizadora, foi realizada a retomada de questões fundamentais para a compreensão da questão da educação em áreas rurais, como a realidade da reforma agrária no país, apontando seus avanços e retrocessos nas últimas três décadas; o histórico da educação do campo brasileira, focando tal análise na realidade do PRONERA; o debate de uma nova matriz tecnológica para o campo brasileiro, a agroecologia; e a discussão de um novo projeto de educação que seja emancipador no sentido de criar possibilidades de desenvolvimento no meio rural e melhoria real da qualidade de vida das famílias assentadas.

Palavras – chave: educação do campo, desenvolvimento sustentável e reforma agrária.

¹ Camila Brandina Crispin de Souza é bacharel em Direito pela UFG, assentada no horto florestal Boa Sorte em Franca e militante do Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

² Marina Longhi de França é especialista em Economia Política e Desenvolvimento Agrário pela ENFF/ UFES, bacharel em Ciências Sociais pela UFSCar, educadora popular e militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

INTRODUÇÃO.

O presente trabalho se trata da tentativa de sistematização da experiência concreta de educação do campo, o Curso Técnico Médio Integrado de Agroecologia, Turma Tupac Amaru II, que ocorreu no no Centro de Formação Sócio Agrícola Dom Hélder Câmara, no município de Ribeirão Preto, estado de São Paulo. O trabalho busca realizar uma retomada do contexto social e político em que ocorre o curso. Dessa forma primeiramente é realizada uma retomada do contexto agrário brasileiro, as contradições que se fazem presente. Em seguida é abordado o conceito de educação do campo, suas características e especificidades, bem como uma retomada do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, o PRONERA, no qual o curso estava inserido. Fazemos também a discussão sobre o necessidade da mudança da matriz tecnológica na produção agrícola para a Agroecologia. Por fim, o relato do curso em si, os desafios enfrentados e os avanços conquistados.

A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL.

A história do nosso país nos permite entender claramente a realidade que vivemos hoje em dia. Por isso, avaliamos ser de suma importância para a compreensão da necessidade de programas de educação voltados para grupos específicos, a compreensão da formação da estrutura social brasileira. O fato do Brasil ter sido colonizado no período de nascimento do modo de produção capitalista, determinou as principais contradições da atual sociedade brasileira.

De acordo com Caio Padro Jr., o Brasil desde seu nascimento já está inserido no capitalismo mundial. A descoberta da América pelos europeus nada mais significou do que uma demanda da primeira fase de desenvolvimento do modo de produção capitalista. No século XVI, o feudalismo europeu já dava seus últimos suspiros. O comércio, devido as Cruzadas, ressurgia com grande força e os burgueses começavam a ascender enquanto classe social. Com o apoio do Estado, ainda que monárquico, conseguiam acumular cada vez mais. Contudo, apenas a Europa e a Ásia já se mostravam pequenos para a necessidade constante de expansão do capitalismo. Foi assim que teve início a expansão marítima, principalmente portuguesa e espanhola, que culminou com a invasão do continente americano pelos europeus. Dada a escassez de matéria-prima, mercado consumidor e espaço físico na Europa, a América se tornou objeto de desejo e disputa. A colonização da América significou nada menos que a fase

de acumulação originária do capital que permitiu no século seguinte a realização da Revolução Industrial.(FERNANDES, 2006)

No Brasil, Portugal impôs o modo de produção agrícola de *Plantation*, sistema esse que deixou uma dolorosa herança a estrutura fundiária do país. O *Plantation*, era baseado na produção em larga escala de gêneros agrícolas, o principal deles a cana-de-açúcar. Produzida em enormes concentrações de terras, os latifúndios, em sistema de monocultivo para otimização da produção, esta que era voltada exclusivamente para a exportação. Todo o trabalho nas lavouras eram realizados pela força de trabalho escrava, em sua esmagadora maioria composta por africanos.

Durante mais de três séculos a cana de açúcar foi o principal produto econômico do Brasil, sendo apenas substituído pela café, no século XIX. Embora tenha havido mudança no gênero a ser produzido pouco foi alterado em relação a forma como seria produzido. Ainda foram mantidos os grandes latifúndios monocultores voltados para a exportação. A força de trabalhado, a partir do final do século XIX, era assalariada, mas o grau de exploração desse força de trabalho ainda bastante alto.

Em meados do século XX, viu-se durante a Era Vargas a tentativa de se implantar o modelo nacional desenvolvimentista, no qual o país deixaria de ser produtor de gêneros agrícolas, que apresentam baixo valor no mercado internacional, para ser um país industrializado, com isso se acreditava que o Brasil deixaria de ser um país subdesenvolvido. Todavia, o que se viu é que o país se encontra nessa situação de subdesenvolvimento por causa da sua posição na divisão internacional do trabalho. Em outras palavras, a situação de subdesenvolvimento que o país se encontrava e ainda se encontra não se dá por mera incapacidade de desenvolver suas forças produtivas, mas sim porque essa condição é essencial para o desenvolvimento do capitalismo global. A prova concreta de tal afirmação foi o Golpe Militar de 1964, o qual ocorreu não só com a força da elite oligárquica do país, mas também pela enorme pressão dos países centrais do capitalismo, como, por exemplo, os Estados Unidos. (FERNANDES, 2006)

Durante a década de 1970 a agricultura mundial sofre um salto tecnológico, a chamada revolução verde. É nesse período surgem as grandes empresas que centralizam toda indústria ligada a agricultura. As empresas passam nessa fase a produzir desde sementes transgênicas, até agrotóxicos e insumos agrícolas. Há uma intensa mecanização do campo. Tal revolução, nos países centrais do capitalismo, representam

um avanço para os trabalhadores do campo, em especial para os camponeses, uma vez que agora poderiam otimizar suas produção, produzir de forma mais fácil. Entretanto, para os trabalhadores do campo dos países subdesenvolvidos representou um problema. Os pequenos produtores, por não terem acesso a nova tecnologia acabaram perdendo competitividade e bastante corriqueiramente acabavam por se endividar e por fim perderem sua terra. Para os que trabalhavam nas terras dos grandes latifundiários significou o aumento da exploração que já sofriam.

Ao longo das últimas décadas as forças produtivas da agricultura sofrem enorme avanços, contudo do ponto de vista social e ambiental tais avanços representam enormes retrocessos. Do ponto de vista social o vemos é a maior exploração dos trabalhadores rurais e uma tendência crescente de proletarização de trabalhadores do campo que há pouco eram autônomos. Em conjunto com isso vem o descaso do Estado para com essas populações rurais que sofrem desfasagem de serviços públicos básicos. Do ponto de vista ambiental, a situação também apresenta grande gravidade uma vez que se vê é a enorme destruição de grandes áreas de mata nativa ou de preservação ambiental, levando à destruição em massa de nossa biodiversidade. O uso abusivo de agrotóxicos tem envenenado as reservas de água potável e destruindo rios e lagos.

A forma como foi organizada a propriedade da terra no Brasil, deixou gravíssimas consequências para a população do país. Por causa da privação do acesso a terra e uma alternativa para sobreviver centenas de milhares de famílias se acumulam em favelas das periferias das grandes cidades. Nesses espaços não tem acesso aos bens sociais mínimos para conseguir viver com dignidade. Têm que se sujeitar a condições cada vez mais desumanas de trabalho, condições precárias de moradia, são negados de uma saúde que não deve ser só no sentido de curar, mas principalmente de prevenir, entre outras mazelas.

Em contraposição ao modelo de desenvolvimento implementado do país, grupos sociais se organizam para lutar por seus direitos, esses que lhes tem sido negados por mais de cinco séculos, e construir uma sociedade mais digna para todos. Esses grupos lutam por melhores condições de vida o que significa lutar não apenas pelo acesso a terra, mas também por uma educação que lhes dê condições de desenvolver as áreas onde moram, que lhes permita desenvolver um modo de produção que respeite a natureza e a preserve para as futuras gerações, lutam por condição dignas de moradia e

de saúde. Em suma, a luta desses grupos pelo acesso a terra não se restringe meramente a conquista da terra, mas sim a todo um modo novo de se produzir a vida, no qual possam viver de fato com qualidade.

Durante os mais de quinhentos anos de exploração do Brasil pelas potências do capitalista, muitas foram as lutas da classe trabalhadora, do campo e das áreas urbanas. A resistência indígena à invasão de seu território, a formação de quilombos em resistência à escravidão, revoltas populares como a Balaiada, a Revolução Pernambucana, e muitas outras. A posse da terra sempre foi um elemento central na luta de classes no país, uma vez que representava aos trabalhadores o acesso ao maior meio de produção do país. Assim, ao longo dos séculos a classe dominante do Brasil garantiu que o povo não tivesse acesso à terra.

Muitas foram as lutas pela terra, sendo as mais conhecidas Canudos e Contestado. Na história mais recente, em meados do século passado, as Ligas Camponesas, de Francisco Julião, João Pedro e Elizabeth Teixeira, retomam essa luta tão antiga. Em conjunto com as propostas de reformas de base do João Goulart, as Ligas Camponesas faziam pressão para a realização da Reforma Agrária. Com o Golpe de 1964, é calado o projeto nacional desenvolvimentista dos populistas e são massacrados os movimentos populares, tanto da cidade como do campo. A repressão violenta da Ditadura Civil Militar esmagam as Ligas Camponesas.

Apesar de toda a repressão dos “Anos de Chumbo”, o povo continua se organizando, e embora tivessem análises diferentes, as diversas organizações sociais ainda viam a Reforma Agrária como um dos elementos centrais para a Revolução Brasileira. Com muita luta e sangue derramado, o povo brasileiro, na década de 1980, põe fim à Ditadura Militar. É nesse contexto que nascem dentro de um projeto político democrático popular os principais movimentos de luta pela terra, a CONCRAB, o MST, a CONTAG e muitos outros.

Como conquista dos movimentos sociais do campo, é colocado como lei na Constituição Federal de 1984, que toda propriedade rural deve cumprir a função social da terra, que é o respeito à legislação ambiental e trabalhista e a manutenção do índice de produtividade (o que ainda era muita polêmica).

Embora, os movimentos tenham alcançado uma enorme vitória na Constituição de 1984, a eleição de Fernando Collor de Mello em 1989, significou uma imensa derrota para projeto democrático popular. Por trás da máscara de democrático, o Governo Collor significou a manutenção da repressão popular. Com a adoção do projeto Neoliberal, a reforma agrária fica totalmente abandonada.

Tal situação se prolonga por toda a década de 1990 e início da década de 2000, durante os governos Itamar Franco e FHC. Durante o governo FCH ocorreram os maiores massacres no campo, Massacre de Eldorado dos Carajás, no qual a polícia assinou dezenove sem terras, e Massacre de Felisburgo, no qual mais de trinta sem terras foram assassinados ou gravemente feridos.

Em 2002, é eleito como presidente do país, Luiz Inácio da Silva. Parte dos movimentos sociais acredita que é o momento de retomada do projeto democrático popular. Porém o que se constata é a incapacidade do PT em realizar as reformas de base necessárias, e a adoção de políticas compensatórias que escamoteiam a luta política. A reforma agrária é abandonada da plataforma e do projeto político. Se vê a adoção de políticas de assentamentos, mas nenhuma proposta de reforma agrária massiva. Os Planos Nacionais de Reforma Agrária – PNRA, não saem do papel.

Durante a campanha eleitoral da atual presidente, Dilma Rouseff, o vocábulo reforma agrária não faz nem parte de seus discursos mais, passando a ser substituído por agricultura familiar ou pequena produção rural.

A conjuntura política de fato se encontra bastante desfavorável para os movimentos do campo, entretanto, continuam realizando a luta por seus direitos. Uma das principais demandas dos povos do campo é a educação universal, gratuita e de qualidade. Tema que veremos a seguir.

POR QUE EDUCAÇÃO DO CAMPO?

Como vimos anteriormente o modelo de desenvolvimento que foi implementado no Brasil em momento algum teve seu foco voltado para o desenvolvimento social da população de modo geral, ao contrário, sempre esteve focado em fortalecer a acumulação internacional do capital. Assim, não é de se surpreender que a população não tenha acesso a educação pública, gratuita e de qualidade. O Ensino Fundamental e

Médio público não conseguem comportar tanto quantitativamente quanto qualitativamente a demanda da população brasileira.

A situação da educação no meio urbano já é bastante preocupante, mas a situação do campo é muito mais grave. São poucas as escolas no meio rural e os professores em sua grande maioria não tem a qualificação necessária para trabalhar com as particularidades das populações do campo.

É diante de uma realidade de total descaso das autoridades para com a população rural, que os movimentos do campo começam a se mobilizar e lutar por uma educação que respeite sua história e sua cultura, a educação do campo. Educação essa que não é apenas *para* o campo e também não só *no* campo, mas sim uma educação *do* campo, na qual as pessoas que são educadas por ela são parte integrante e atuante na sua construção.

Embora a educação seja uma demanda antiga da população pobre do país, em especial a do campo, o conceito de *educação do campo* é bastante recente, sendo que, seu uso foi formalizado na 1ª Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo. Durante a construção desta Conferência os movimento sociais do campo inauguraram uma nova referência para a sua luta pela educação, a *educação do campo*, e não mais a educação *para* o meio rural. (CALDART, 2004)

Quando trata-se de educação do campo, pensa-se o *campo*, como um espaço de vida digna, de maneira que se torna legítima a luta por políticas públicas que levem em conta as particularidades da população do campo e que o projeto educativo deve ser construído de forma própria por e para seus sujeitos.

No começo da década de 2000, o movimento pela educação do campo tem uma grande conquista, a aprovação das *Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo* (Resolução nº1/2002 do Conselho Nacional de Educação).

Dessa forma, pensar a *educação do campo* deve necessariamente ser um processo constante de construção de um projeto de educação das trabalhadoras e trabalhadores do campo, a partir da sua própria maneira de estar no mundo e toda a trajetória de luta das organizações das quais fazem parte e por meio das quais conseguem se ver como sujeitos da história.

Isso quer dizer que se trata de pensar a educação (política e pedagogicamente) desde os interesses sociais, políticos, culturais de um determinado grupo social; ou trata-se de pensar a (que é um processo universal) desde uma particularidade, ou seja, desde sujeitos concretos que se movimentam dentro de determinadas condições sociais de existência em um dado tempo histórico. (CALDART, 2004 :17)

A educação do campo retoma o elemento mais importante da educação (esta que não se resume à escola), a formação de seres humanos. Novamente, se trata, sobretudo, de construir uma educação *do* povo do campo, não apenas *com* ele e menos ainda *para* ele.

Em suma, pode-se dizer que a educação do campo se constituiu a partir da contradição de classe que é própria da luta de classes, a existência de uma incompatibilidade política da agricultura capitalista e a educação do campo. O capitalismo no campo sobrevive direta e necessariamente da superexploração dos trabalhadores do campo, que são os principais atores da educação do campo. É justamente por causa do avanço do capitalismo no campo que as condições de vida no campo se deterioram cada vez mais, e a precariedade da educação é uma das faces dessa situação. Em conta disto, historicamente o Estado pensa a educação para a população trabalhadora do campo de modo a escamotear a contradição entre capital e trabalho no campo.

Se então a educação do campo é o contrário da educação formal que o Estado implementa nas áreas rurais no sentido de amenizar as tensões entre capital e trabalho no campo, em que se funda a educação do campo? .

Para se pensar em educação do campo é preciso que se tenha uma compreensão do campo, como espaço na qual as famílias possam viver de forma digna. Ou seja, a concepção de educação do campo vem diretamente ligada à concepção de uma reforma agrária na qual seja possível o trabalhador se reconhecer como ser ontocriativo. Em outras palavras, é necessário em que o campo seja entendido dentro de um projeto político no qual os trabalhadores tenham condições de se libertar da dominação do modo de produção capitalista e se enxerguem como produtores de tudo que há no mundo. Não é possível pensar a educação do campo, se se entende por ele como mais um espaço de reprodução das relações capitalistas de produção, ou num projeto de reforma agrária que seja apenas uma política compensatória. Assim:

A educação do campo tem um vínculo direto com as lutas sociais camponesas. Pensa a educação dos sujeitos do campo desde o vínculo com a luta pelos direitos das mulheres camponesas, com a luta pela Reforma Agrária e por um projeto camponês de desenvolvimento do campo, com uma luta pela democratização do acesso à água; com a luta das crianças pelo seu direito à infância. A educação do campo não precisa e nem deve ser um projeto de educação apenas dos camponeses nem apenas de quem participa das lutas sociais; mas este vínculo lhe confere um traço de identidade importante e que não pode ser perdido. (CALDART, 2004 : 24)

Ao se tratar de educação do campo, se usa o *do* para demonstrar que se trata do direito do povo a uma educação que pensada desde o seu lugar e com a sua participação. Assim, tal projeto não pode ser visto a partir de políticas compensatórias que o Estado usa para escamotear a luta política. Não se pode negar, todavia, que todas as políticas voltadas para a educação do campo são fruto da luta dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, porém ainda há muito a ser feito. Não se pode perder de vista que a educação só pode ser universalizada quando se transforma em um sistema, que deve ser necessariamente público.

Tendo essas questões em vista, a educação do campo não pode ser mais tratada como uma demanda setorial, deve estar inserida no debate geral sobre os rumos da educação na esfera nacional. E ainda ir além, uma vez que coloca em questionamento sobre qual projeto de desenvolvimento deve ser seguido no país.

A educação do campo se identifica pelos seus sujeitos: é preciso compreender que, por trás de uma identificação geográfica e de dados estatísticos isolados, está uma parte do povo brasileiro que vive neste lugar e desde as relações sociais específicas que compõem a vida no e do campo, em suas diferentes identidades e em sua identidade comum; estão pessoas de diferentes idades, estão famílias, comunidades, organizações, movimentos sociais. A perspectiva da educação do campo é exatamente a de educar as pessoas que trabalham no campo, para que se encontrem, se organizem e assumam a condição de sujeitos da direção do seu destino. (CALDART, 2004 : 28)

Uma vez que, a educação do campo é um projeto de emancipação dos trabalhadores do campo, não há como outros sujeitos conduzirem o processo, que não os próprios trabalhadores. Como Paulo Freire coloca em todas as suas obras, só há uma educação emancipadora, quando as pessoas envolvidas no processo são os sujeitos. Isso, não mais é do que a retomada do conceito marxista de trabalho, por meio do qual é possível compreender que o trabalhador só poderá se emancipar quando se compreender como produtor de sua realidade.

Como Marx coloca em o *Manifesto do Partido Comunista*, os seres humanos são sim os sujeitos da história, contudo não a fazem de forma totalmente solta, a fazem dentro das condições que se apresentam, e não a fazem de forma isolada, há fazem de forma de sujeito coletivo, grupos que apresentam interesses comuns. Dessa maneira não há como realizar o projeto de educação do campo sem o protagonismo dos movimentos sociais do campo. Apenas o trabalho organizativo realizado pelos diversos movimentos sociais do campo que gera a força necessária para garantir conquistas frente a disputa com o Estado, como gestor dos interesses da burguesia.

Na sociedade capitalista há a separação entre o trabalho braçal e o trabalho intelectual. Essa separação é um dos elementos que levam a alienação da classe trabalhadora. Uma vez que o trabalhador não reflete mais sobre o processo produtivo, ele também se aliena do produto do seu trabalho e não se enxerga mais nele. Dessa forma, o projeto de educação do campo deve seguir no sentido de destruir tal separação criada pelo capital. Ela deve retomar o trabalho como elemento central da vida humana. Os trabalhadores devem ser capazes de refletir sobre o trabalho que realizam, principalmente para que possam transformá-lo.

Ao mesmo tempo, a educação do campo deve estar vinculada à cultura, pois isso significa construir uma visão de educação de longa duração, sendo que se trata de formação de gerações e não só ações pontuais. Deve retomar valores que humanizem seus sujeitos, valores como emancipação, justiça, igualdade, liberdade.

É bastante comum na educação vista do ponto de vista do capital, a total desvalorização dos educadores. Na educação do campo, o educador deve ser entendido como parte integrante do projeto, tão importante quanto todos os demais sujeitos envolvidos. Deve reconhecer que os educadores têm um papel bastante importante no processo de aprendizado e que deixará, para o bem ou para o mal, marcas em seus educandos. Na educação do campo, o educador tem como tarefa principal trabalhar a formação humana com seus educandos, sendo que seu trabalho extrapola os muros da escola e deve ter um vínculo direto com a vida em comunidade.

Comumente a palavra educação é associada apenas à escola enquanto instituição, e se esquece de que a educação é todo um processo de formação dos seres humanos, que não pode ser delegada apenas à chamada educação formal, a escola. A escola então é apenas um dos elementos, no entanto, um elemento que deve ser tratado

com bastante cuidado. Não se trata de impor um modelo pedagógico para as escolas que estão localizadas no campo. Se trata de construir coletivamente referências que balizem os processos pedagógicos que serão desenvolvidos pela escola.

Em 1997, os movimentos do campo conseguiram uma grande conquista frente ao Estado, a criação do Programa Nacional de Educação na Reforma – PRONERA. Fruto de anos de luta, o PRONERA, é um programa no qual são realizados parcerias com universidades, públicas e particulares, para que sejam realizados projetos de educação formal em todos os seus níveis, desde educação básica até o ensino superior. Em 1998, o PRONERA passa a ser regulado pelo INCRA, e desde então já foram realizados diversos cursos, em sua maioria cursos voltados para educação de adultos, em especial programas de alfabetização, curso de ensino médio, geralmente cursos médios e técnicos integrados e mais de 40 cursos de ensino superior, seja no nível de graduação ou pós-graduação.

Há clareza por parte dos movimentos sociais de que, embora o PRONERA seja de fato uma conquista muito importante, ainda há muito a ser feito, pois como o próprio nome indica se trata de um programa, representa ações pontuais, e a luta pela educação do campo é uma luta por políticas públicas permanentes.

O QUE É AGROECOLOGIA?

A realidade da agricultura hoje é bastante preocupante. Existe hoje no campo um modelo de produção no qual se beneficiam apenas as multinacionais e os latifundiários, deixando excluída uma enorme parcela da população, seja ela do campo ou da cidade. As sementes são transformadas e propriedade privada uma vez que são patenteadas, o que torna os trabalhadores totalmente dependentes das grandes empresas ligadas à agricultura. O dano ao meio ambiente também é enorme, já que são usados cada vez mais agrotóxicos, sem eufemismos, veneno, para combater insetos, pragas e doenças. Todos esses venenos irão ser absorvidos pela terra e contaminarão as reservas de água doce. Além do dano ambiental, também há o dano à saúde da população, pesquisas mostram que o brasileiro consome em média três litros de venenos por ano devido aos agrotóxicos que são usados na produção agrícola. Nunca foram diagnosticados tantos casos de câncer na população brasileira.

No modelo agrícola atual a produção é feita em enormes latifúndios monocultores voltados para a exportação (assim como há 500 anos). Tanto do ponto de vista social como ambiental é problemático esse modelo. Do ponto de vista ambiental a monocultura intensiva desgasta o solo o tornando em pouco tempo improdutivo, gera sérias mudanças climáticas e destrói a biodiversidade. Do ponto de vista social há uma intensa exploração do força de trabalho, chegando muita vezes a condições de trabalhos análogas ao trabalho escravo. Há também a defasagem na alimentação da população uma vez que não se produzem alimentos para as pessoas, mas sim para carros e máquinas (etanol e biodiesel).

Para se opor a esse modelo, a agroecologia é mais do que apenas a produção orgânica, ou seja, sem venenos. Ela deve ser um projeto político e social que proponha transformações estruturais no modelo de produção no campo, e conseqüentemente, na sociedade de forma geral. A transformação da matriz tecnológica só é possível dentro de um novo modelo de sociedade no qual o maior valor da seja o ser humano e não o lucro.

No projeto agroecológico, os trabalhadores do campo devem ser beneficiados, e por consequência a sociedade como um todo. Deve ser adotada uma forma de produzir ecológica, na qual as sementes sejam crioulas e pertençam aos próprios trabalhadores. Não se nega o melhoramento das sementes, mas este deve ser feito de forma controlada pelos próprios produtores e tendo sempre como limitador o bem estar da população que irá consumir os produtos agrícolas e não fazer experiências que podem ser nocivas à saúde, mas que geram grandes lucros.

Para controle de pragas, doenças e inços que aparecem naturalmente nas plantas deve-se tratar de forma equilibrada tanto o solo, quanto as plantas. Deve-se fazer a rotação de culturas, diversidade de plantas e uso de caldas, e realizar o controle biológico que preserva os inimigos naturais, que também tem sua função na natureza. Os venenos, nesse modo de produção, jamais são uma possibilidade. Para isso é preciso que se cultive sempre no sistema de policultura, esta que pode ser integrar o cultivo de plantas com a criação de animais. Deve-se fazer o consórcio de plantas, cultivo de árvores (se possível os sistemas agroflorestais – SAFs).

Dessa forma se trata o solo, que é a principal fonte de nutrientes da planta, e não apenas a planta em si. São bastante comuns as adubações verdes, de inverno e de verão, o uso de biofertilizantes e caldas.

São importantes para o avanço da produção agroecológica o trabalho coletivo dos produtores do campo, seja em forma de cooperativas, associações, grupos de base ou movimentos sociais. Apenas o trabalho por cooperação pode otimizar a produção e gerar novas relações sociais que garantam a autonomia dos trabalhadores.

Assim como a educação do campo, o enfoque da agroecologia é o desenvolvimento pleno do ser humano. Aqui, ao contrário do modo de produção capitalista, o ser humano não é visto como indivíduo, de forma isolada do todo e por isso egoísta. Para a agroecologia o ser humano deve ser visto como membro de uma comunidade, na qual o elemento fundante é o trabalho, mas que estabelece relações de cooperação com os demais membros da coletividade. O desenvolvimento da agroecologia, dessa forma, retoma a necessidade de destruição do modelo de sociedade que vivemos e a construção de uma nova sociedade pelos trabalhadores.

A EXPERIÊNCIA DA TURMA TUPAC AMARU II

A proposição inicial de realização de um curso de Ensino Médio Integrado ao Técnico, que fornecesse habilitação técnica em Agroecologia, surgiu do encontro entre membros dos movimentos sociais de São Paulo, em especial o MST, e parte da coordenação do Centro Paula Souza no Encontro Sudeste do PRONERA em 2004, na cidade de Vitória – ES.

Neste momento também estava em desenvolvimento a experiência do Curso *Técnico de Gestão em Assentamentos Rurais*, oferecido a partir de uma parceria entre o CEETEPS, o PRONERA, a Universidade Estadual de Campinas -UNICAMP/Faculdade de Engenharia Agrícola -FEAGRI- e a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil -CONCRAB. O que enriqueceu as trocas de experiências e, ao mesmo tempo, mostrou a todos a necessidade de se ampliar as iniciativas de educação do campo no estado de São Paulo.

Em janeiro de 2005, iniciaram-se as atividades de uma grande Equipe de Trabalho formada por diferentes sujeitos (militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, de São Paulo, professores e servidores da Unicamp, sendo em especial professores da FEAGRI e servidores do Colégio Técnico da Unicamp – COTUCA, e o INCRA como gestor do PRONERA), e movida pelos objetivos

preliminares de refletir os impasses e propor algumas iniciativas concretas para o avanço da educação profissional e média nos assentamentos de reforma agrária. A atuação desta Equipe implementa um dos principais princípios do PRONERA que é a *gestão participativa*, “*cujas responsabilidades são assumidas por todos(as) em uma construção coletiva na elaboração dos projetos, no acompanhamento e na avaliação*”³.

Após dois anos de muito esforço de todas as parte a Equipe de Trabalho chega a uma proposta concreta de curso que seria iniciada em julho 2007.

O curso seria certificado pelo COTUCA e ocorreria em três salas descentralizadas no Estado de São Paulo, no Instituto Laudenor de Souza, em Itapeva; no Centro Paula Souza de Presidente Pudente, em Presidente Prudente; e no Centro de Formação Sócio-Agrícola Dom Hélder Câmara, em Ribeirão Preto. Cada escola acolheria sessenta educandos, sendo que no total seriam formados cento e oitenta jovens provenientes de áreas de reforma agrária de todo o estado de São Paulo.

A carga horária total do curso seria de 3200 horas, distribuídas aos longo de três anos de duração do curso, de agosto de 2007 a agosto de 2010. Porém, respeitando a luta dos movimentos sociais do campo e seus princípios de educação do campo, as aulas não ocorreriam conforme o estabelecido pelas escolas formais, aulas diárias for semestres com intervalo de férias no meio e final do ano, o curso seria realizado de em regime de alternância.

Como já foi tratado anteriormente no presente trabalho, há por parte dos movimentos sociais do campo uma luta por uma educação que respeito sua cultura e identidade. Ressaltando o valor, tanto do pensamento político-ideológico-organizativo da educação do campo, como da agroecologia, de que o ser humano não é um indivíduo que pode ser apartado de sua comunidade, surge a pedagogia da alternância.

A pedagogia da alternância, como o próprio nome já sugere, se trata de alternar o período no qual os educandos ficam na escola e o período que ficam na comunidade. Durante o período que se encontram na escola, que recebe o nome de TEMPO ESCOLA, os educandos terão os conteúdos teóricos e durante o período que ficam em sua comunidades, que recebe o nome de TEMPO COMUNIDADE, os educandos devem compartilhar os conhecimentos aprendidos com sua comunidade.

³ Manual de Operações – PRONERA, Brasília, abril de 2004.

No presente trabalho não trataremos das Turmas Chico Mendes, Itapeva, e Haydee Santamaria, Presidente Prudente. Nos restringiremos apenas ao relato da Turma Tupac Amaru II, Ribeirão Preto.

A turma Tupac Amaru II, começou um semestre depois das outras duas turmas, tendo seu início em janeiro de 2008. A turma foi composta inicialmente por 75 educandos de diversas regiões e organizações do Estado de São Paulo. Compuseram o curso educandos vindos da região do Vale do Ribeira, Vale do Paraíba, Campinas, Andradina, Promissão, Pontal do Paranapanema, Ribeirão Preto, Iaras, Sorocaba e São Carlos. Tal diversidade de público enriqueceu bastante o curso, ao passo que os educandos puderam trocar grandes experiências de diferentes climas, solos, maneiras de se produzir na terra, sem contar que puderam compartilhar diferentes modos de organização popular uma vez que estavam presentes militantes do MST, MTD e movimentos quilombolas.

Os educandos, ao contrário das demais turmas, apresentavam uma faixa etária mais baixa, do que o esperado, se encontravam entre quatorze e dezoito anos, com poucas exceções de vinte anos ou mais. Isso num primeiro momento foi um desafio para a Coordenação Político Pedagógica do curso, mas ao decorrer do curso, junto com os próprios educandos, foram-se encontrando saídas para as dificuldades iniciais e se tornou um processo bastante rico de crescimento tanto da Organização, que ainda apresentava limites para trabalhar com esse público, que foram se tornando adultos ao decorrer dos três anos.

Como dito anteriormente, o curso se organizou de acordo com a pedagogia da alternância. Foram alternados sete tempos escola com seis tempos comunidades.

O tempo escola tinha duração de dois meses, nos quais os educandos teriam aulas tanto das disciplinas componentes do ensino médio formal, como de um curso técnico em agroecologia. Além disso haviam outros tempos que compunham a grade dos educandos, uma vez que o curso não se propunha a ser apenas um espaço de educação formal, mas também um espaço de formação do ser humano como um todo.

Os seguintes tempos faziam parte do curso:

Tempo aula.

Horário nos quais eram realizadas as aulas ligadas ao ensino formal, médio ou técnico. As aulas eram ministradas por professores indicados ou pela FEAGRI, para as disciplinas técnicas, ou pelo MST. O COTUCA também prestou grande ajuda em articular alguns professores para disciplinas do ensino médio.

Os horários da aula na maioria dos tempo escola eram na parte da manhã e da tarde, respeitando o ritmo dos educandos.

Tempo leitura.

Representavam o espaço no qual os educando trabalhariam a leitura, com o intuito de reparar os danos provenientes de uma educação formal que leva ao hábito de não se ler. Entendendo o estudo como um elemento central da luta política o tempo leitura visava trabalhar com os educandos a leitura e compreensão de diversas obras.

Em conjunto com a turma era escolhido um ou mais livros que a turma deveria ler em conjunto para ser debatido. Assim também é retomado o princípio de que o estudo é um construção coletiva. De acordo com o cronograma de cada etapa e quantidade da carga horária das disciplinas formais de cada etapa havia uma quantidade maior ou menor de tempo leitura, que oscilava entre três a quatro horas semanais.

Tempo trabalho.

O tempo trabalho era destinado para os educandos desenvolverem as habilidades técnicas aprendidas nas aulas e, ao mesmo tempo, atenderem às demandas internas do Centro de Formação, contribuía para a produção dos diversos setores das Escolas e das atividades necessárias ao bem-estar da comunidade e da formação de valores sociais e humanísticos dos educandos e dos militantes que contribuía com o espaço. Nesse sentido, o tempo trabalho assumia o papel de elemento formativo que desenvolve a coletividade, a organização e a cooperação.

O tempo trabalho era construção coletiva do coletivo de coordenação e produção do Centro de Formação Dom Hélder Câmara, dos educandos do curso de Agroecologia por meio do setor de produção do curso, sob orientação dos educadores das disciplinas técnicas, bem como o acompanhamento dos estudantes da Biologia da UFSCar, do GEQA⁴, do NATRA⁵, estudantes da FEAB⁶ e ABEEF⁷.

⁴ Grupo de Estudos da Questão Agrária, composto por estudantes de diversos cursos da UFSCar.

⁵ Núcleo Agrário Terra e Raiz, compostos por estudantes de diversos cursos da UNESP de Franca.

⁶ Federação Dos Estudantes de Agronomia do Brasil.

⁷ Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal.

De acordo com a disponibilidade horária do tempo escola, ocorriam normalmente entre quatro e seis horas semanais.

Tempo de elaboração do T.C.C.

No final do curso cada educando deveria entregar um Trabalho de Conclusão de Curso (T.C.C), uma pesquisa sobre algum assunto relacionado com o curso. O T.C.C. era obrigatório para que o educando se formasse.

Tendo compreensão das condições materiais dos educandos tinha-se em vista as dificuldades de pesquisarem individualmente durante o tempo comunidade. Assim, em cada etapa haviam dois horários por semana nos quais os alunos deveriam trabalhar em seus T.C.C.s.. Estes horários eram destinados à pesquisa teórica e a elaboração escrita dos T.C.C.s.

Tempo reflexão escrita.

Tempo que era destinado ao registro das vivências e experiências que cada educando extraia do processo educativo do curso, que contribuirão para sua formação enquanto ser humano e membro de uma coletividade. Era realizado em caderno pessoal e acompanhado pela coordenação pedagógica para leitura e avaliação. Tinha como objetivo, não de ser um diário, mas um espaço no qual além de trabalhar a escrita, uma habilidade bastante negligenciada pela escola formal, também trabalhar a capacidade dos educandos de refletir sobre os processos pelos quais passam.

Tempo cultura e lazer.

Assim, como trabalho e o estudo são importantes para a formação humana, o lazer e a cultura também são de suma importância, uma vez que deve ser desenvolvida a sensibilidade dos educandos. O tempo cultura e lazer era um tempo planejado coletivamente e correspondia à realização das atividades culturais, esportivas, teatrais, visitas de intercâmbios, músicas e cultura camponesa, entre outras.

Durante o decorrer do curso ocorreram oficinas de tambores, de artesanato, de teatro, dança, campeonatos de futebol, etc.

Tempo organicidade.

Era o espaço destinado às discussões e encaminhamentos gerais da turma e do curso, sendo também um espaço de estudo e de debate para a auto-organização dos educandos e do processo organizativo do Centro de Formação.

O tempo organicidade era composto pelas reuniões da coordenação geral, reuniões dos núcleos de base e reuniões dos setores que compunham o curso.

Como experiência concreta de organização popular o curso possuía uma forma de organização dos educandos e da coordenação político-pedagógica, que recebe o nome de organicidade, que se dava da seguinte forma:

Núcleos de base.

No início de cada etapa do curso, os educandos eram organizados em núcleos de base. Esses núcleos representavam a primeira instância do curso, no quais os educandos deviam se organizar para cumprir suas tarefas, seja no tempo trabalho, seja tarefas de manutenção do espaço, como limpeza das áreas comuns, lavar a louça das refeições, colher frutas, organizar as místicas, ou preparar as noites culturais. Os núcleos eram autônomos para decidir sua forma de organização desde que todos seus membros fossem respeitados e incluídos nas tomadas de decisões. Cada núcleo deveria escolher um coordenador para compor a coordenação geral do curso.

Setores.

Compunham o curso cinco setores (produção, saúde, comunicação, mística, secretaria), que deveriam encaminhar as questões concretas do curso, como organizar o cronograma de místicas, organizar a rádio da escola, organizar o tempo trabalho, encaminhar educando ao médico, quando necessário. Sendo que cada setor era composto por um membro de cada núcleo e que por sua vez também deveria eleger um coordenador.

Coordenação Político-Pedagógica.

A CPP era composta por militantes do MST do estado de São Paulo, de diversos setores da Organização. Também teve a contribuição de grupos de estudantes que auxiliaram no curso como GEQA, NATRA, FEAB e ABEEF. Essa coordenação tinha a tarefa de conduzir internamente o curso, organizando o cronograma de cada etapa, articulando educadores para contribuir no curso, fazer a relação política e burocrática com os demais parceiros que compunham o curso, INCRA e UNICAMP, e acompanhar os educandos durante o Tempo Comunidade.

Coordenação Geral.

A Coordenação Geral era composta pelos coordenadores dos núcleos, os coordenadores dos setores e a CPP. Era a instância máxima do curso, sendo o espaço de discussão de aspectos trazidos pelos núcleos e pelos setores em suas reuniões semanais.

Os tempos escolas, assim como todo o curso, eram financiados pelo PRONERA tendo como gestor o INCRA e executor a UNICAMP. Porém, dado o descaso do Estado para com as populações pobres e a burocracia interna das instituições muitas vezes os recursos demoravam a ser liberados e em vários momentos os tempos escolas aconteceram por determinação política do MST e pela solidariedade dos assentados de São Paulo, em especial da Regional de Ribeirão Preto, que doavam parte de sua produção para que os educandos pudessem ter uma alimentação digna.

Após passarem de dois a três meses estudando nos tempos escola, os educandos retornavam para suas regiões, onde deveriam trabalhar com suas comunidades os conhecimentos aprendidos. Durante os três ou quatro meses que ficavam em sua comunidades recebiam o acompanhamento da CPP, seja esse feito via internet ou em duas visitas presenciais que eram realizadas em cada tempo comunidade. As visitas eram importantes do ponto de vista pedagógico tanto para os educando que se sentiam acolhidos, como para a CPP que poderiam vivenciar as realidades específicas dos educandos.

Em outubro de 2010, os educando da Turma Tupac Amaru conseguiram entregar seus trabalhos de conclusão de curso. Os trabalhos tratavam dos mais diversos aspectos da agroecologia. Alguns se concentraram na parte técnica voltada a produção de plantas, outros trabalharam a criação de animais. Outros buscaram aspectos mais relacionados à saúde e trabalharam plantas medicinais, também tiveram trabalhos sobre educação, gênero e outros aprofundando a discussão política-ideológica da agroecologia.

Por fim, se avalia que, junto a todas as dificuldades enfrentadas, a todas as lágrimas derramadas, às risadas compartilhadas, às brigas ocorridas, o curso foi uma vitória enorme dos movimentos sociais que não só formaram técnicos em agroecologia e pessoas com um diploma de ensino médio, mas que acima de tudo ganharam militantes, seres humanos que sabem de onde vieram e de seu compromisso com a luta enquanto classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALDART, Roseli. *Por uma educação básica do campo: projeto popular e escolas do campo*. V.5. Brasília, 2004.

CAMPANHA PERMANENTE CONTRA OS AGROTÓXICOS. *Cartilha de formação*. São Paulo, 2011.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa na Brasil*. São Paulo: Ed. Globo, 2006.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: ed. Paz e Terra, 2006.

GUTERRES, Ivani. *Agroecologia militante*. São Paulo: Expressão Popular, 2006

MARINI, Ruy Mauro. *A dialética da dependência*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política, livro I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. *O Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

PRADO JR, Caio. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: ed. Brasiliense, 1979.